



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

COLABORADORES

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Otavio Ladeira de Medeiros

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70.048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 7 – nº 2, fevereiro de 2001. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, fevereiro, 2001, vol. 7, nº 2.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN 1519-1680

1. Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em fevereiro, o Governo Central apresentou superávit de R\$ 603,1 milhões, acumulando no primeiro bimestre do ano resultado de R\$ 3,1 bilhões, equivalente a 1,7% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 1,2 bilhão, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 522,1 milhões e R\$ 73,5 milhões, respectivamente.

O Governo Central obteve superávit primário de R\$ 603,1 milhões em fevereiro de 2001.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Jan 2001	Fev 2001	Jan-Fev 2000	Jan-Fev 2001
I. RECEITA TOTAL	22.692,7	18.476,3	35.653,5	41.169,0
I.1. Receitas do Tesouro	18.073,2	13.696,6	27.624,4	31.769,8
I.1.1 Receita Bruta	18.440,0	14.044,8	28.464,8	32.484,8
I.1.2. (-) Restituições	(314,1)	(291,7)	(640,8)	(605,8)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(52,8)	(56,4)	(199,6)	(109,2)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.619,6	4.779,7	8.029,0	9.399,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.357,6	3.820,5	6.562,6	8.178,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.335,1	14.655,8	29.090,9	32.990,9
IV. DESPESA TOTAL	15.764,7	13.979,2	26.009,4	29.743,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.887,4	4.856,4	9.690,2	10.743,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.260,0	5.301,8	9.342,5	10.561,8
IV.3. Custeio e Capital	4.617,3	3.821,0	6.976,7	8.438,3
IV.3.1. Despesas do FAT	423,8	322,6	751,9	746,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	205,0	315,9	125,9	520,9
IV.3.3. Outras Despesas	3.988,6	3.182,5	6.098,9	7.171,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.570,4	676,6	3.081,4	3.247,0
V.1. Tesouro Nacional	3.210,9	1.198,7	4.394,9	4.409,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(640,5)	(522,1)	(1.313,4)	(1.162,6)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(30,3)	(73,5)	(105,1)	(103,8)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.540,1	603,1	2.976,4	3.143,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,81%	1,69%

(*) Dados revisitos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Fev2001/Fev2000	
Receitas	15,5%
Tesouro	15,0%
Previdência	17,1%
Transferências	24,6%
Receita Líquida	13,4%
Despesas	14,4%
Benefícios	13,1%
Pessoal	10,9%
Custeio e Capital	20,9%

No ano, o resultado primário do Governo Central superou em 5,6% o registrado em idêntico período de 2000. Todavia, em relação ao PIB, registrou redução de 0,1 ponto percentual. Cabe registrar que a receita líquida, em percentual do PIB, manteve-se no mesmo patamar do ano anterior (17,7%). Por um lado, as receitas tiveram acréscimo nominal de R\$ 5,5 bilhões (15,5%) em relação ao ano anterior, representando um acréscimo de 0,4 ponto percentual do PIB. As principais variações positivas ocorreram nas arrecadações do IPI (bebidas e automóveis), do IRRF-Capital, da Cofins e do PIS-Pasep. Por sua vez, as transferências a estados e municípios cresceram R\$ 1,6 bilhão (24,6%), tendo passado de 4,0% do PIB, em 2000, para 4,4%, em 2001.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	21,7%	22,1%
Transferências	4,0%	4,4%
Receita Líquida	17,7%	17,7%
Despesa Total	15,8%	16,0%
Resultado Primário	1,8%	1,7%

Do lado das despesas, verificou-se acréscimo de 0,2 ponto percentual do PIB, com ênfase nos gastos com custeio e capital, em parte decorrente da aplicação da regra do duodécimo até abril de 2000, sem correspondente este ano, e do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/00, que elevou, a partir de setembro do ano passado, os recursos destinados à área da Saúde.

O déficit da Previdência Social foi inferior em 11,5% ao observado no primeiro bimestre de 2000, o que representa uma redução de cerca de 0,2 ponto percentual do PIB. Foram decisivos para tal desempenho o esforço de recuperação de receitas implementado pela Previdência, a evolução favorável do mercado de trabalho formal e a redução no ritmo de crescimento das concessões de benefícios. Observou-se crescimento de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão (17,1%) na arrecadação, com destaque para a contribuição sobre folha de salários e, em menor escala, para o Refis e para as receitas com CFTE-Fies. O acréscimo de despesas com benefícios foi de R\$ 1,2 bilhão (13,1%) refletindo os reajustes do salário mínimo (abril) e dos benefícios previdenciários (junho).

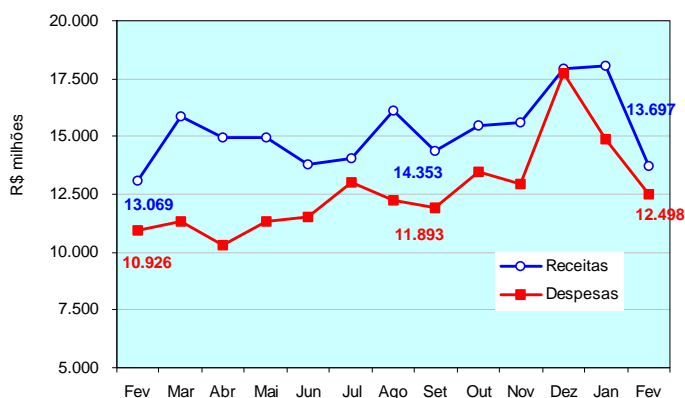
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	2,7%	2,4%
Previdência Social	-0,8%	-0,6%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	1,8%	1,7%

Tesouro Nacional

Até fevereiro, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 4,4 bilhões.

O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 4,4 bilhões no bimestre - mesmo patamar do ano anterior - valor equivalente a 2,4% do PIB estimado. As receitas apresentaram incremento de R\$ 4,1 bilhões em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, o que representa um acréscimo de cerca de 0,3 ponto percentual do PIB.

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2000/2001



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	16,8%	17,1%
Transferências	4,0%	4,4%
Despesas do Tesouro	10,1%	10,3%
Resultado Primário	2,7%	2,4%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As despesas passaram de R\$ 16,7 bilhões para R\$ 19,2 bilhões, tendo crescido cerca de 0,2 ponto percentual do PIB. No que se refere às transferências a estados e municípios, estas acompanharam o incremento das receitas partilhadas a partir do último decêndio de 2000. As despesas de custeio e capital cresceram cerca de 0,3 ponto percentual do PIB, em decorrência dos fatores

acima mencionados. As despesas com subsídios (agricultura, exportações e fundos regionais) apresentaram crescimento de R\$ 395,0 milhões, equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB. Destaque-se, por outro lado, a redução das despesas com pessoal e encargos de aproximadamente 0,1 ponto percentual do PIB.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 13,7 bilhões em fevereiro. A redução de R\$ 4,4 bilhões, em relação ao mês anterior, deveu-se, em parte, à ocorrência de três semanas de fatos geradores - em função do carnaval nos três últimos dias do mês - contra cinco no mês anterior. Com isso, foi afetada significativamente a arrecadação de tributos com apuração semanal, tais como o IRRF (38,0%), o IOF (34,2%) e a CPMF (40,7%).

Adicionalmente, foram observados decréscimos relacionados com fatores sazonais que contribuíram favoravelmente para o bom desempenho das receitas em janeiro: i) aquecimento das vendas no mês de dezembro, fato gerador dos tributos com recolhimento em janeiro (Cofins, Pis/Pasep, IRPJ e CSLL); ii) recolhimentos, naquele mês, do IRPJ e da CSLL referentes ao pagamento da primeira cota ou cota única desses tributos, incidentes sobre o resultado apurado no último trimestre do ano passado; e iii) pagamento, em janeiro, de R\$ 1,0 bilhão relativo à maior parte do IRRF sobre juros remuneratórios do capital próprio, contra apenas R\$ 79,0 milhões arrecadados em fevereiro.

Em relação às demais receitas, registre-se o ingresso de R\$ 256,5 milhões a título de dividendos ao Tesouro Nacional por parte das empresas controladas. Deste total, R\$ 148,1 milhões referem-se a dividendos pagos pela Companhia Vale do Rio Doce S.A. e os R\$ 108,5 milhões restantes foram pagos pelo Banco do Brasil S.A. Cabe observar que também foram recolhidos, à Anatel, R\$ 52,1 milhões relativos ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) instituído pela Lei nº 9.998, de 17.08.2000.

Por outro lado, a arrecadação de *royalties* pagos pela Petrobras e participações especiais devidos pelos concessionários pela produção e exploração de petróleo e gás natural situou-se em R\$ 237,5 milhões, contra R\$ 723,9 milhões recolhidos no mês anterior. Tal evolução reflete, por um lado, o aumento na produção de petróleo e, por outro, os repasses trimestrais relativos às participações especiais, conforme procedimento estipulado no artigo 21 do Decreto nº 2.075, de 03.08.1998. As receitas de concessão, por sua vez, apresentaram redução: R\$ 12,7 milhões, contra R\$ 104,6 milhões observadas em janeiro, mês em que ingressaram recursos da ordem de R\$ 91,2 milhões recebidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), referentes a concessões para exploração de atividades petrolíferas (aluguel de área).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*Em fevereiro, as receitas do
Tesouro atingiram o
montante de R\$ 13,7
bilhões.*

Boxe 1 – Desvinculação de Receitas da União (DRU)

Para fazer frente ao excesso de vinculações no Orçamento Geral da União e aos gastos incompressíveis, que dificultam a capacidade do governo federal de alocar recursos de acordo com suas prioridades, o Poder Executivo propôs ao Congresso Nacional em 1994 um projeto de emenda à Constituição que autorizava a desvinculação de 20% de todos os impostos e contribuições federais. Foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), depois denominado Fundo de Estabilização Fiscal, e que vigorou até 31.12.1999. A partir de 2000, foi reformulado e passou a se chamar Desvinculação de Receitas da União (DRU), tendo sua vigência estabelecida até 2007.

A DRU objetiva: i) conferir maior flexibilidade à alocação dos recursos públicos; ii) permitir o financiamento de despesas incompressíveis sem causar endividamento adicional da União; e iii) não permitir que excessos de vinculações em determinadas áreas convivam com carências em outras.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 17,4% do PIB, elevando-se em 0,1 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2000. Enquanto impostos e contribuições sociais apresentaram, em conjunto, redução equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, as demais receitas se elevaram em 0,3 ponto percentual.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	8,2%	8,1%
Imposto de Renda	5,6%	5,5%
IPI	1,6%	1,6%
Outros	1,0%	1,0%
Contribuições Sociais	7,9%	7,8%
Cofins	3,7%	4,1%
CPMF	1,4%	1,1%
CSLL	0,9%	0,9%
Outras	1,8%	1,7%
Demais	1,2%	1,5%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,0%	0,1%
Concessões	0,1%	0,1%
Outras	1,2%	1,3%
Total Bruto	17,3%	17,4%

Em relação ao primeiro bimestre de 2000, a receita bruta foi superior em R\$ 4,0 bilhões. Tal acréscimo está associado, principalmente, aos seguintes fatores: i) acréscimo de 26,4% na arrecadação do IPI-bebidas, dado que até a edição da Instrução Normativa SRF nº 41/2000 (abril de 2000) era permitida a compensação do imposto devido com outros créditos de terceiros; ii) aumento de 22,8% na arrecadação do IPI-automóveis em função do incremento de 20,9% no volume de vendas no mercado interno; iii) aumento de 14,2% no IRRF-Capital decorrente de arrecadação adicional de R\$ 400,0 milhões relativa a juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iv) acréscimo de 12,2% e 10,0% nas receitas da Cofins e do Pis-Pasep refletindo, principalmente, a mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e o pagamento por substituição pelo setor automotivo.

Por outro lado, apresentaram redução os seguintes impostos e contribuições: i) IRPF (19,9%) em função da arrecadação atípica relativa a ganhos de capital na alienação de bens, no valor de R\$ 90,5 milhões, em janeiro de 2000; ii) IRPJ (11,1%), em torno de R\$ 290,0 milhões em relação ao ano anterior, decorrente da antecipação de pagamento relativo à declaração de ajuste, por parte das instituições financeiras; e iii) CPMF (16,2%), refletindo a redução da alíquota de 0,38% para 0,30%, para os fatos geradores a partir de 17.06.2000, consoante o disposto na Emenda Constitucional nº 21/99.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Fev (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	2.010,5	2.803,7
Conta Petróleo	-	-
Dividendos da União	3,7	256,7
Concessões	112,9	117,3
Outras	1.893,9	2.429,6

As demais receitas do Tesouro apresentaram crescimento de 39,5% em relação ao primeiro bimestre de 2000. As principais rubricas que apresentaram variação significativa foram: i) as receitas com o recolhimento de participações e dividendos, com incremento de R\$ 253,0 milhões, uma vez que no primeiro bimestre de 2000 houve recolhimento insignificante nessa rubrica; ii) a receita de *royalties* pagos pela Petrobras e participações especiais (Lei nº 9.478/97), em decorrência da exploração e produção de petróleo e gás natural, com incremento da ordem de R\$ 433,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior; e iii) os recolhimentos das receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que até fevereiro desse ano atingiram o montante de R\$ 237,1 milhões, sem correspondência em idêntico período de 2000.

As transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento equivalente a 0,4 ponto percentual do PIB quando comparadas ao primeiro bimestre de 2000. Em termos nominais, houve aumento de 24,6%, o que corresponde a um acréscimo da ordem de R\$ 1,6 bilhão no montante transferido àqueles entes da federação.

Destaca-se a evolução das transferências constitucionais que superaram em R\$ 1,2 bilhão as realizadas no primeiro bimestre de 2000 (22,9%). Tal desempenho condicionou-se, como mencionado, ao crescimento das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) ao final do ano passado e janeiro deste ano. No caso do IR, ocorreu aumento de 10,7% no montante arrecadado e, no IPI, o acréscimo foi de 13,2%, relativamente ao primeiro bimestre de 2000.

No que se refere aos repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/96, estas mantiveram-se no patamar de 0,3 ponto percentual do PIB, o mesmo registrado em 2000. Tais transferências totalizaram R\$ 597,4 milhões no primeiro bimestre de 2001, contra R\$ 550,3 milhões em 2000.

As demais transferências cresceram cerca de 0,1 ponto percentual do PIB. Em valores nominais, atingiram o montante de R\$ 1,1 bilhão no bimestre, contra R\$ 761,4 milhões no período de janeiro e fevereiro de 2000. Destaque para os *royalties* da Petrobras (Lei nº 9.478/97), com acréscimo de R\$ 226,6 milhões, e para as transferências vinculadas à contribuição ao salário-educação, as quais somaram R\$ 401,9 milhões em 2001 contra R\$ 301,3 milhões registrados no ano passado.

Em relação a janeiro, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 1,4 bilhão (14,0%). A rubrica pessoal e encargos sociais passou de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 4,9 bilhões pelo fato de ter sido concentrado em janeiro a maior parte do pagamento de férias. Naquele mês, também, ocorreu o pagamento da quarta parcela relativa à extensão da vantagem de 28,86% aos servidores do Poder Executivo.

Os gastos com custeio apresentaram redução de 17,2%. Em particular, as outras despesas com custeio e capital ficaram R\$ 806,1 milhões abaixo da despesa verificada em janeiro. Tal redução pode ser atribuída à limitação de empenho e pagamento dessas despesas, conforme dispõe o Decreto nº 3.746/2001 (vide boxe 2).

No que concerne aos gastos relativos ao FAT, verificou-se queda de 23,9%, equivalente a R\$ 101,2 milhões. Houve redução, principalmente, nas despesas com o benefício do seguro desemprego, que passaram de R\$ 317,4

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	3,2%	3,5%
Desoneração do ICMS	0,3%	0,3%
Demais	0,5%	0,6%
Total	4,0%	4,4%

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Fev (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	301,3	401,9
Royalties Lei 9478	292,7	519,3
Fundef	81,1	68,9
Outras	86,3	139,8
Total	761,4	1.129,9

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional (pessoal e encargos sociais e custeio e capital), totalizaram em fevereiro R\$ 8,7 bilhões, inferior em 14,0% ao mês anterior.

milhões, no mês anterior, para R\$ 206,5 milhões nesse mês. Em relação ao abono salarial, foi liberada a sétima parcela do pagamento do PIS, relativa ao exercício de 2000, no valor de R\$ 63,3 milhões.

**Boxe 2 –Decreto de Programação Orçamentária e Financeira
(Decreto 3.746/01)**

Conforme determina o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi editado em 06.02.2001 o Decreto que dispõe sobre a programação financeira e orçamentária para o exercício. O objetivo é compatibilizar a realização da receita com a execução da despesa, com vista ao cumprimento das metas fiscais. O Decreto limita em R\$ 51,0 bilhões o montante disponível para empenho relativo aos gastos com custeio e investimentos para todos os órgãos do Poder Executivo Federal. Esse valor é R\$ 7,4 bilhões inferior ao aprovado pelo Congresso Nacional, na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 10.171/2001). A liberação de recursos do Tesouro Nacional para aqueles órgãos terá por base os limites mensais fixados, bem como levará em conta as disponibilidades de recursos e o pagamento efetivo de cada órgão. Na prática isso significa maior controle no cronograma de desembolso de recursos do Tesouro. O Decreto determina ainda, que serão priorizados os recursos destinados à execução de programa e ações estratégicas.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 315,9 milhões, apresentando acréscimo de 54,1%, em relação ao mês anterior. Tal incremento poder ser explicado, basicamente, pelo crescimento nas despesas com equalizações de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), determinado pela maior procura por esses recursos. Ademais, em fevereiro, houve pagamento de R\$ 45,3 milhões de restos a pagar de 2000, relativos a despesas de equalização de taxas de juros no âmbito dos programas de subsídios à agricultura.

**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

As despesas do Tesouro registram acréscimo de 0,2 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao mesmo período de 2000. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram o equivalente a 5,8% do PIB, apresentando diminuição de 0,1 ponto percentual. As despesas de custeio e capital aumentaram 0,3 ponto percentual, em relação a 2000, atingindo 4,5% do PIB.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	5,89%	5,77%
Custeio e Capital	4,24%	4,53%
Despesas do FAT	0,46%	0,40%
Subsídios e Subvenções	0,08%	0,28%
Outras	3,70%	3,85%

Em termos nominais, o crescimento de R\$ 1,0 bilhão na despesa com pessoal, comparativamente a igual período do ano anterior pode ser explicado, principalmente, pelo realinhamento e a reestruturação de algumas carreiras do funcionalismo público ocorridos ao longo do ano passado.

Como proporção do PIB, as demais despesas de custeio e capital atingiram o equivalente a 4,5%, apresentando acréscimo de 0,2 ponto percentual, quando comparadas a 2000. Em termos nominais, houve crescimento de cerca de R\$ 1,0 bilhão, justificado, principalmente, pelo aumento nas liberações para custeio na área de saúde, em atendimento à Emenda Constitucional nº 29/00. Até

fevereiro de 2000, os gastos com custeio do Ministério da Saúde foram de R\$ 2,6 bilhões, contra R\$ 3,3 bilhões em igual período desse ano. Além disso, vale mencionar que nos primeiros meses do ano anterior, as despesas de custeio estavam limitadas pela regra do duodécimo, o que não ocorreu neste ano, quando a Lei Orçamentária foi publicada em janeiro.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações foram superiores em R\$ 395,0 milhões, comparativamente a igual período de 2000. Os subsídios à agricultura passaram de R\$ 53,5 milhões no ano anterior para R\$ 167,2 milhões esse ano. Destaque-se que o comportamento dessas despesas, em 2000, foi influenciado pelo recebimento líquido de R\$ 52,7 milhões relativos às operações de Aquisições de Governo Federal (AGF), resultado da venda de produtos agrícolas. No caso das despesas vinculadas às exportações, os gastos dessa natureza aumentaram R\$ 151,4 milhões, em relação a 2000, determinado pela maior demanda por financiamentos.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 522,1 milhões, 18,5% inferior ao verificado em fevereiro. A tabela a seguir apresenta em detalhes a evolução do resultado primário do RGPS no primeiro bimestre deste ano.

OPERÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Fev (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	53,5	167,2
Custeio Agropecuário	25,8	31,1
Investimento Rural	6,4	21,0
Preços Agrícolas	(52,7)	27,7
- EGF	0,9	0,5
- AGF	(55,8)	9,2
- Sustentação de preços	2,2	18,0
Pronaf	74,0	87,5
PESA	-	-
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	17,6	169,0
Proex	17,6	169,0
Total	71,0	336,2

Previdência Social

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Jan-Fev	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	4.619,6	4.779,7	8.029,0	9.399,3
Arrecadação Bruta	5.263,1	5.136,7	8.848,6	10.399,8
- Contribuição Previdenciária	4.869,4	4.844,7	8.357,0	9.714,1
- Simples	231,3	164,1	315,0	395,4
- CDP	1,9	13,3	5,2	15,2
- CFTE/FIES	31,1	17,4	-	48,5
- Depósitos Judiciais	70,6	50,2	108,1	120,9
- Refis	41,0	38,1	0,3	79,0
- Outras Receitas	17,8	8,9	63,0	26,7
(-) Restituição/Devolução	(12,0)	(25,0)	(23,8)	(37,0)
(-) Transferências a Terceiros	(631,5)	(332,0)	(795,8)	(963,6)
Benefícios Previdenciários	5.260,0	5.301,8	9.342,5	10.561,8
Resultado Primário	(640,5)	(522,1)	(1.313,4)	(1.162,6)
Resultado Primário/PIB			-0,80%	-0,62%

Em fevereiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 522,1 milhões, contra R\$ 640,5 milhões em janeiro.

A arrecadação líquida, quando comparada ao mês anterior, aumentou 3,5%, atingindo o montante de R\$ 4,8 bilhões. As transferências a terceiros diminuíram 47,4% pelo fato de em janeiro terem sido repassadas a terceiros as contribuições sobre o 13º salário. As despesas com benefícios praticamente permaneceram no mesmo patamar de janeiro, atingindo R\$ 5,3 bilhões.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Jan-Fev (% PIB)**

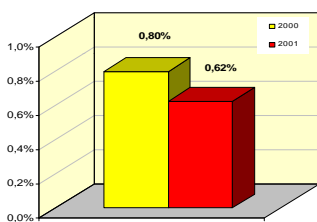
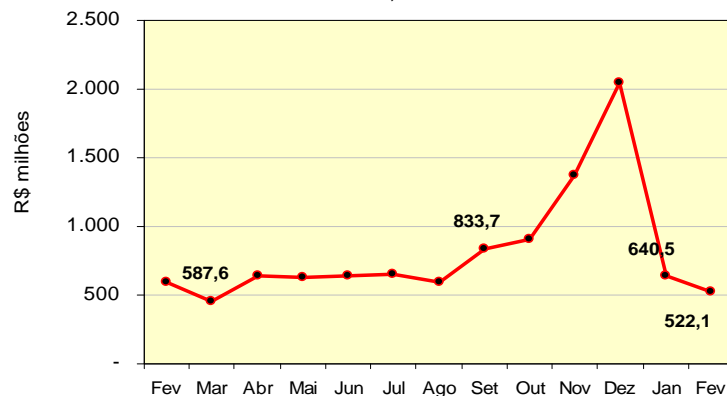
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,88%	5,05%
Benefícios	5,67%	5,67%
Resultado Primário	-0,80%	-0,62%

Em termos acumulados, o RGPS registrou déficit de R\$ 1,2 bilhão, equivalente a 0,6% do PIB, inferior ao obtido em igual período de 2000, quando atingiu R\$ 1,3 bilhão, ou 0,8% do PIB.

No primeiro bimestre deste ano, a arrecadação líquida atingiu 5,0 pontos percentuais do PIB, apresentando crescimento próximo a 0,2 ponto percentual do PIB, quando comparado a igual período de 2000. Em termos nominais, esse valor é da ordem de R\$ 9,4 bilhões, em 2001, contra R\$ 8,0 bilhões em 2000.

Registre-se o incremento da ordem de R\$ 1,3 bilhão no recolhimento sobre a folha de salários como decorrência dos esforços para a recuperação de créditos, bem como o reaquecimento da atividade econômica e conseqüente aumento do nível de emprego em geral. Ademais, os seguintes fatores têm contribuído para o crescimento da arrecadação: i) recolhimento de receitas decorrentes do Simples, que até esse mês atingiram R\$ 395,4 milhões, contra R\$ 315,0 milhões no ano anterior; ii) o recolhimento de CFTE/Fies no montante de R\$ 48,5 milhões, sem correspondente nos dois primeiros meses de 2000; e iii) os recursos provenientes do Refis, que até fevereiro de 2001 foram R\$ 78,7 milhões superiores à igual período de 2000.

As despesas com benefícios atingiram R\$ 10,6 bilhões, ao passo que no primeiro bimestre de 2000 totalizaram R\$ 9,3 bilhões. Em termos percentuais do PIB, mantiveram-se praticamente estáveis, situando-se em torno de 5,7%. Em valores nominais houve acréscimo de R\$ 1,2 bilhão ou 13,1% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Tal comportamento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, como reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso, ocorridos em 2000 (11,0% em abril, e 5,8% em junho, respectivamente).

**Déficit da Previdência Social
Jan-Fev (% PIB)
Brasil, 2000/2001**

**Déficit da Previdência Social
Brasil, 2000/2001**


DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 238,7 bilhões no mês de fevereiro, correspondente a 21,8% do PIB acumulado nos últimos doze meses e situando-se 0,2 ponto percentual do PIB acima do saldo de janeiro. A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos últimos três meses.

Em fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional ficou em 21,8% do PIB, 0,2 ponto percentual acima do saldo de janeiro.

TABELA 2			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO			
BRASIL, 2000/2001			
	(R\$ milhões)		
	2000	2001	
	Dez	Jan	Fev
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	100.183	91.846	91.523
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	426.926	426.911	426.454
Dívida Contratual da STN	-250.643	-256.732	-255.509
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-76.101	-78.333	-79.422
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	137.181	142.277	147.148
Dívida Mobiliária em Mercado	105.519	109.393	113.217
Títulos Depositados em Garantia	-4.675	-4.687	-4.954
Dívida Contratual	37.275	38.482	39.811
Disponibilidades	-938	-911	-927
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	237.364	234.124	238.671
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,1%	21,6%	21,8%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

O crescimento da dívida líquida ocorreu em função da variação do saldo em reais das dívidas mobiliária e contratual externa em mercado, devido à variação cambial no mês (3,8%). Cabe notar, todavia, que os saldos dessas dívidas em dólares apresentaram pequena redução em relação a janeiro (0,3%).

É importante destacar a diminuição do saldo da dívida mobiliária interna em mercado, que caiu R\$ 457,0 milhões em relação a janeiro.

Conforme demonstrado na tabela 3, a dívida interna líquida diminuiu R\$ 323,0 milhões em relação a janeiro. Tal queda se deve à diminuição da dívida mobiliária em mercado (R\$ 457,0 milhões) decorrente dos resgates líquidos da dívida mobiliária, de R\$ 5,2 bilhões, ocorridos no mês. Esse fato mais que compensou a pequena diminuição dos haveres líquidos da dívida contratual interna (R\$ 134,0 milhões). No que se refere aos saldos dos fundos, autarquias e fundações, seu acréscimo deve-se ao aumento das disponibilidades

Dívida Interna Líquida

do FAT e das demais entidades, devido à apropriação de juros e atualizações monetárias sobre seus saldos.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2000		2001
	Dez	Jan	Fev
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	100.183	91.846	91.523
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	426.926	426.911	426.454
DPMF	398.863	399.959	399.952
Dívida Securitizada	25.512	24.421	23.987
TDA	2.551	2.531	2.515
DÍVIDA CONTRATUAL	-326.743	-335.065	-334.931
<i>Tesouro Nacional</i>	-250.643	-256.732	-255.509
Dívida Bancária	40.343	40.271	40.302
Lei nº 7.976/89	-10.058	-10.024	-10.287
Lei nº 8.727/93	-44.483	-44.425	-44.472
Lei nº 9.496/97	-136.731	-137.915	-138.470
Renegociação Dívida Municipais	-18.100	-18.275	-18.375
Demais Haveres da STN	-81.615	-86.362	-84.208
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-76.101	-78.333	-79.422
FAT	-53.603	-55.475	-56.271
Demais Entidades	-22.498	-22.858	-23.152
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	39,7%	39,4%	38,9%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-30,4%	-30,9%	-30,5%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,3%	-23,7%	-23,3%

Em fevereiro, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado foi de R\$ 91,5 bilhões, R\$ 324,0 milhões abaixo do registrado no mês anterior.

Emissões e Resgates

Foram resgatados liquidamente R\$ 5,2 bilhões da dívida mobiliária, sendo R\$ 3,1 bilhões em LTN e R\$ 558,0 milhões em dívida securitizada.

Foram emitidos no mês NTN-C de 30 anos, LFT de 5 anos e LTN com prazos de até 18 meses.

Em fevereiro, houve resgate líquido da dívida mobiliária total de R\$ 5,2 bilhões, sendo que R\$ 4,6 bilhões referem-se à dívida pública mobiliária federal interna em mercado (dos quais R\$ 3,1 bilhões corresponderam ao resgate líquido de LTN) e R\$ 558,0 milhões à dívida securitizada.

O estoque da DPMFi manteve-se estável em relação ao mês anterior devido à compensação entre os juros nominais incorridos (R\$ 5,1 bilhões) e o mencionado resgate líquido. Vale lembrar que a emissão de títulos do Tesouro Nacional para pagamento dos vencimentos da última semana de fevereiro realizou-se no dia primeiro de março, fato esse responsável pelo elevado resgate líquido das LTN no mês.

Em fevereiro, o Tesouro Nacional emitiu LTN com prazos de 6, 12 e 18 meses, nos montantes de R\$ 1,0 bilhão, R\$ 3,0 bilhões e R\$ 1,5 bilhão, respectivamente. Houve ainda emissão de LFT de 5 anos no montante de R\$ 1,1 bilhão.

Outro fato que merece destaque foi a segunda emissão de NTN-C com prazo de 30 anos, no montante de R\$ 2,5 bilhões, sendo R\$ 1,0 bilhão por meio

de troca por LFT-B, R\$ 372,0 milhões por títulos da dívida securitizada e R\$ 1,2 bilhão em moeda corrente. O leilão ocorreu nos dias 30 e 31 de janeiro e a remuneração do título, indexado ao IGP-M, foi de 10,64% ao ano. A operação proporcionou alongamento marginal do prazo médio em 84,58 meses e contribuiu para o aumento do prazo médio do estoque da dívida mobiliária total, que alcançou 42,58 meses, o maior dos últimos 14 meses (tabela 8).

TABELA 4
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, Fev/2001

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I . Emissões	7.789	1.344	9.133
LFT	1.093		1.093
LTN	5.475		5.475
NTN-C	1.213	1.293	2.506
Demais	8	51	59
II. Resgates	11.516	2.229	13.745
LFT	218		218
LTN	8.559		8.559
NTN-C			
Demais	2.739	2.229	4.967
III. Valor líquido (I-II)	-3.727	-885	-4.612
TDA			
I . Emissões		13	13
II. Resgates		32	32
III. Valor líquido (I-II)		-20	-20
Securitizados *			
I . Emissões			0
II. Resgates		558	558
III. Valor líquido (I-II)		-558	-558
Total			
I . Emissões	7.789	1.357	9.146
II. Resgates	11.516	2.819	14.335
III. Valor líquido (I-II)	-3.727	-1.462	-5.189

Obs.: Os resgates não financeiros correspondem aos resgates dos títulos recebidos em operações de troca e daqueles resultantes de emissões diretas.

* Inclui dívida agrícola.

Em fevereiro, houve resgate líquido de R\$ 5,2 bilhões no total da dívida mobiliária interna em mercado.

As emissões diretas totalizaram R\$ 51,2 milhões, constituídas em sua maior parte de NTN-I (R\$ 49,6 milhões), emitidas no âmbito do Proex.

Do total de resgates não-financeiros ocorridos no mês, R\$ 1,6 bilhão decorreram das operações de troca, dos quais R\$ 1,4 bilhão na troca por NTN-C de 30 anos e o restante correspondente ao pagamento de títulos emitidos por meio de colocações diretas.

Composição

A estratégia do Tesouro Nacional de aumentar a participação dos títulos prefixados na dívida mobiliária em mercado vem sendo mantida, haja vista que, no período de fevereiro de 2000 a fevereiro de 2001, a participação de tais títulos aumentou de 12,1% para 17,0%. Por sua vez, os títulos remunerados pela variação cambial tiveram, nesse mesmo período, sua participação reduzida de 9,4% para 5,9%, e aqueles remunerados pela taxa Selic caíram de 65,6% para 62,5%.

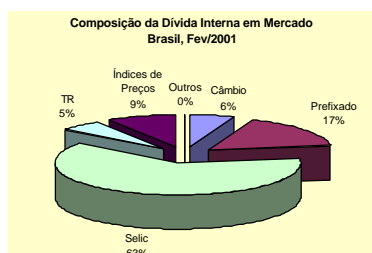


TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2000/2001 (%)

Indexador	2001		
	2000 Fev	Jan	Fev
I. DPMF			
Selic	70,0	65,2	65,5
Câmbio	10,3	6,7	6,2
Prefixados	13,1	18,5	18,0
Índices de Preços	3,0	6,2	6,9
TR	3,5	3,4	3,4
Outros	0,1	0,0	0,0
II. SECURITIZADOS *			
Selic	17,0	9,1	9,1
Índices de Preços	47,0	56,5	57,8
TR	29,0	32,4	32,4
Outros	7,0	2,0	0,7
III. TDA (TR)			
	100,0	100,0	100,0
III. TOTAL			
Selic	65,6	62,5	62,5
Câmbio	9,4	6,4	5,9
Prefixados	12,1	17,6	17,0
Índices de Preços	6,2	8,6	9,2
TR	6,1	4,1	5,3
Outros	0,6	0,1	0,1

* Não inclui dívida agrícola.

A participação dos títulos prefixados na dívida mobiliária total passou de 12,1% em fevereiro de 2000, para 17,0% no mês em análise.

Quanto à variação da composição do estoque em mercado da DPMFi, ocorrida em fevereiro, observou-se um aumento de 0,68 ponto percentual na participação dos títulos vinculados a índices de preços, em função do incremento no estoque de NTN-C. Os títulos prefixados (LTN) apresentaram redução na sua participação em 0,54 ponto percentual e aqueles referenciados à taxa Selic (LFT) tiveram aumento de 0,31 ponto percentual, em consequência do resgate líquido de LTN e emissão líquida de LFT. Por outro lado, a composição da dívida securitizada manteve-se estável em relação ao mês de janeiro.

O custo médio anual da dívida mobiliária em mercado atingiu, em fevereiro, 19,5% a.a., contra 15,8% a.a. no mês anterior. Essa elevação pode ser explicada, principalmente, pela desvalorização cambial ocorrida no mês (3,8%). É importante observar que o custo médio, tanto das LTN quanto das LFT e NTN-C mantiveram trajetória de queda, como demonstra a tabela 6.

Custo Médio

O custo médio das LTN caiu de 17,71% a.a. em janeiro para 17,44% a.a. em fevereiro.

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO
TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2000/2001

Em % anual

Título	2000		2001
	Fev	Jan	Fev
DPMF	14,71	16,02	19,95
LTN	20,70	17,71	17,44
LFT	18,86	15,49	15,20
NTN-C	35,91	19,92	16,88
Dívida Securitizada *	10,56	13,29	11,95
TDA	9,12	7,84	6,39
Total	14,36	15,84	19,50

* Não inclui dívida agrícola.

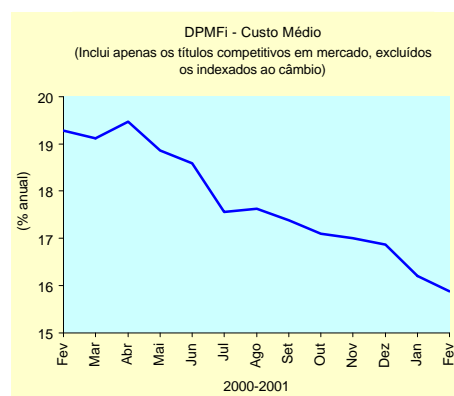
Excluídos os títulos indexados ao câmbio, observa-se, pela tabela 7, que o custo médio da DPMFi em mercado tem mantido tendência de declínio, passando de 15,66% a.a. em janeiro para 15,33% a.a. em fevereiro. Da mesma forma, o custo médio dos títulos emitidos por meio de oferta pública reduziu-se de 16,20% a.a. para 15,87% a.a.

TABELA 7
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

(% anual)

Período	Total (1)	Total (2)	Comp (1)	Comp (2)
2000				
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
Jul	17,62	15,25	17,55	15,71
Ago	17,40	20,05	17,63	20,06
Set	17,09	18,01	17,38	16,74
Out	16,80	20,96	17,09	20,83
Nov	16,45	19,35	17,00	19,56
Dez	16,21	15,59	16,86	16,57
2001				
Jan	15,66	16,02	16,20	16,67
Fev	15,33	19,95	15,87	19,35

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões, excluindo-se os cambiais, continua em trajetória de queda, passando de 15,66% a.a. em janeiro, para 15,33% a.a. no mês em análise.

A estratégia de alongamento e de mudança do perfil da dívida pública na direção de papéis prefixados, ao resultar na diminuição do volume de vencimentos desses títulos no curto prazo, tem permitido sucessivas quedas no deságio dos títulos remunerados pela taxa Selic, em função da elevada relação

**Boxe 3 – Estratégia de
Financiamento da Dívida
Pública para 2001**

No âmbito do processo de aumento da transparência na administração da dívida pública federal, o Tesouro divulgou, no dia 20/02, o Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública Federal para 2001. O documento aborda a gestão da dívida no ano 2000 e a estratégia para 2001.

Em conjunto com os contínuos avanços no quadro econômico, o plano deverá contribuir para a melhoria do perfil de vencimentos e a redução gradual, mas consistente, dos custos de financiamento da dívida.

Para a construção da estratégia de financiamento da dívida do Tesouro para 2001, tomou-se por base um cenário econômico, assumido como o mais provável para as principais variáveis monitoradas. De forma geral, esse cenário contempla um ambiente de crescimento, aliado à estabilidade de preços e continuidade da redução dos juros domésticos. Assim, o Tesouro Nacional pretende chegar ao final de 2001 com um estoque da DPFI em mercado de R\$ 540,1 bilhões e com um prazo médio em torno de 42,9 meses. Tal estoque deverá estar composto de 22,2% de títulos prefixados.

Prazo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária total foi de 42,58 meses em fevereiro, o maior dos últimos 14 meses.

demanda/oferta. Como exemplo, citamos a emissão de LFT de 5 anos com deságio de 0,04% (leilão de 06 de fevereiro), o menor desde o leilão de 16 de março de 2000, quando o deságio da LFT de 36 meses ficou em 0,03%.

Influenciadas pela volatilidade do mercado, as emissões de LTN de 18 meses apresentaram taxas médias de 16,07% a.a. e 16,11% a.a., respectivamente, ligeiramente superiores à taxa média dos leilões de títulos com tais características ocorridos em janeiro, que ficou em aproximadamente 16,10%.

Da mesma forma, as taxas dos títulos prefixados (LTN) de 12 meses também sofreram influência da volatilidade do mercado em fevereiro. Tais taxas, que mantinham-se em trajetória de queda no mês de janeiro, apresentaram ligeiro aumento no leilão de 06/02 (15,89% a.a., comparado à 15,45% no leilão de 30/01), redução no dia 13/02 e aumento para 16,25% a.a. em 20/02. A exceção ficou com as LTN de 6 meses, emitidas à taxa média inferior (15,79%) à do último leilão, ocorrido no dia 02/01, no qual as LTN foram emitidas à taxa de 16,16%.

Apesar da ligeira diminuição do volume emitido de títulos de prazo mais longo no mês de fevereiro, as emissões de LTN de 18 meses reduziram apenas parcialmente sua participação no total emitido em LTN, de 29,0% em janeiro para 27,7% em fevereiro.

Por outro lado, houve aumento dos volumes emitidos de LTN de 6 e 12 meses, de 13,3% e 52,5% para 16,9% e 55,4%, respectivamente. Tais números levam em consideração o fato de que não houve emissão de LTN de 24 meses no mês.

Pelos fatores acima mencionados, foi possível atingir, no mês de fevereiro, aumento do prazo médio do estoque dos títulos prefixados para 6,91 meses, comparado com 6,70 meses em janeiro, tal como demonstrado na tabela 7.

O prazo médio da dívida mobiliária interna total em mercado também aumentou de 40,31 meses, em janeiro, para 42,58 meses em fevereiro. Conforme se observa nas tabelas 8 e 8-a, esse fato é decorrente do aumento do prazo médio tanto da DPMFi como da dívida securitizada.

O prazo médio da DPMFi cresceu devido sobretudo à expressiva emissão de NTN-C de 30 anos, emissão de LFT com prazo de cinco anos e ao resgate

líquido ocorrido, uma vez que os títulos que venceram, cujo prazo médio era inferior a um mês, não foram substituídos integralmente.

O prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de oferta pública aumentou de 23,30 meses, em janeiro, para 26,36 meses, em fevereiro.

TABELA 8
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 2000-2001

		(meses)	
Período	Total	Comp (1)	
2000	Fev	27,09	8,37
	Mar	27,97	9,74
	Abr	28,40	11,37
	Mai	29,88	12,54
	Jun	29,94	12,58
	Jul	29,59	12,97
	Ago	30,71	14,16
	Set	30,22	13,85
	Out	30,28	14,38
	Nov	31,42	15,24
	Dez	32,03	15,47
	2001	Jan	38,30
Fev		40,03	26,36

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

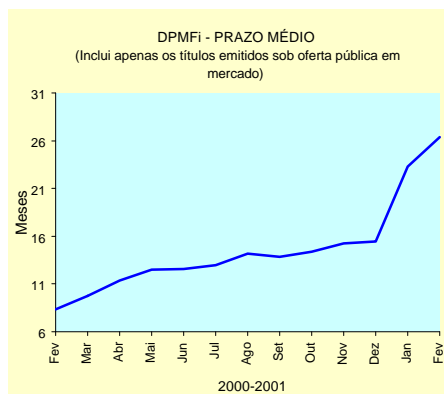


TABELA 8-a
PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA DO TESOURO NACIONAL
EM MERCADO

Título	BRASIL, 2000-2001 (meses)		
	2000	2001	
	Fev	Jan	Fev
DPMFi	27,09	37,59	40,03
Prefixado	4,37	6,70	6,91
Selic	18,36	28,71	28,39
Cambial	72,91	104,02	116,09
Índice de Preço	92,41	129,05	151,64
Demais	90,47	80,70	79,94
TDA	58,00	49,52	47,95
Dívida Securitizada*	87,41	93,51	94,05
Total	31,71	40,31	42,58

(*) Não inclui dívida agrícola.

Quanto à dívida securitizada, a elevação do prazo médio deve-se a resgates e cancelamentos de títulos trocados por NTN-C, cujos prazos eram inferiores ao prazo médio do estoque.

No mês de fevereiro, o saldo da dívida externa líquida cresceu nominalmente 3,42% (R\$ 4,9 bilhões) em relação a janeiro de 2001, exclusivamente em decorrência da variação cambial ocorrida no mês. Entretanto, o saldo devedor em dólar caiu 0,3% (US\$ 200,0 milhões), devido, principalmente, a três fatores: i) pagamento de principal a organismos multilaterais, bancos privados e agências governamentais; ii) cancelamento de US\$ 43,2 milhões em *Par Bonds*, utilizados por Angola para abater suas dívidas junto ao Brasil; e iii) valorização do dólar americano frente às demais moedas estrangeiras.

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

	(R\$ milhões)		
	2000	2001	
	Fev	Jan	Fev
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	89.075,74	109.393,34	113.217,17
Bônus de Renegociação	58.255,09	50.562,25	52.374,70
Bônus de Captação	30.820,65	58.831,10	60.842,46
II. DÍVIDA CONTRATUAL	32.227,06	38.482,22	39.811,30
Organismos Multilaterais	12.468,88	17.839,97	18.521,11
Bancos Privados/Ag. Governamentais	5.514,98	6.748,76	6.993,40
Clube de Paris	14.243,20	13.893,50	14.296,79
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.694,63	-4.686,82	-4.953,62
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-785,90	-911,42	-926,90
V. TOTAL (I+II+III+IV)	115.822,27	142.277,33	147.147,95
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	11,7%	13,1%	13,4%

Em fevereiro, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 13,4% do PIB.

*Foram pagos, no mês,
R\$ 1,3 bilhão entre
principal, juros e encargos
da dívida externa.*

Quanto à execução financeira do mês de fevereiro, o montante relativo a principal, juros e encargos da dívida externa foi de R\$ 1,3 bilhão. Deste total, R\$ 794,8 milhões referem-se à dívida mobiliária, R\$ 250,9 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais e R\$ 246,5 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 10.

**TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Fev/2001**

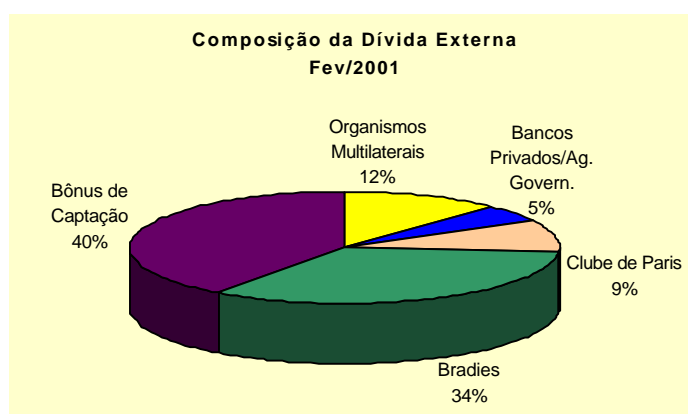
(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	326,5	965,7	1.292,2
I.1. Organismos Multilaterais	97,4	153,5	250,9
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	229,1	17,4	246,5
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	794,8	794,9
Euro 2010	0,0	154,0	154,0
Global 2040	0,0	564,8	564,8
DM 2007 (Euromarco)	0,0	76,1	76,1

Composição

No mês de fevereiro, pelo fato de não terem ocorrido novas emissões e resgates expressivos, a composição da dívida externa manteve-se inalterada em relação ao mês anterior.

*Como não houve novas
emissões e resgates
expressivos em fevereiro, a
composição da dívida
externa permaneceu
inalterada em relação ao
mês anterior.*



Custo e Prazo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa reduziu-se de 14,84 anos, em janeiro, para 14,77 anos, em fevereiro de 2001. Esta redução é resultado apenas da diminuição em um mês dos prazos remanescentes dos títulos, uma vez que não ocorreram, em fevereiro, movimentações significativas, tais como novas emissões, cancelamentos ou resgates expressivos.

Pelo mesmo motivo citado anteriormente, o custo médio em dólares da dívida mobiliária externa manteve-se praticamente constante no mês em análise.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 2000/2001

Título	2000		2001
	Fev	Jan	Fev
Prazo Médio (anos)	12,96	14,84	14,77
Bônus de Renegociação	13,93	13,93	13,84
Bônus de Captação	11,14	15,62	15,58
Globais	13,86	20,08	20,01
Euros	6,28	6,04	5,97
Demais	4,97	3,90	3,82
Custo Médio (% a.a.) *	7,90	9,12	9,13
Bônus de Renegociação	6,44	7,53	7,53
Bônus de Captação	10,64	10,49	10,50
Globais	11,34	11,24	11,24
Euros	10,15	9,86	9,86
Demais	6,95	6,02	6,02

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Fev/2000	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2001
I. RECEITA TOTAL	17.152,1	20.219,9	19.120,1	19.316,7	18.200,1	18.627,6	20.779,0	18.853,5	19.979,1	20.148,6	25.618,8	22.692,7	18.476,3
I.1. Receitas do Tesouro	13.069,1	15.886,6	14.950,7	14.944,5	13.780,4	14.081,0	16.117,3	14.352,9	15.483,9	15.631,3	17.948,6	18.073,2	13.696,6
I.1.1 Receita Bruta	13.305,5	16.239,1	15.173,1	15.196,4	14.960,2	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.044,8
- Impostos	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4
- Contribuições	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6
- Demais	883,0	1.237,2	1.919,3	2.324,2	1.632,4	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.151,8
I.1.2. (-) Restituições	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)	(327,5)	(568,4)	(367,9)	(459,6)	(314,1)	(291,7)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(64,9)	(71,3)	(69,7)	(71,7)	(52,8)	(56,4)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.083,1	4.333,3	4.169,4	4.372,2	4.419,7	4.546,6	4.661,7	4.500,6	4.495,2	4.517,3	7.670,2	4.619,6	4.779,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.185,1	3.412,3	3.382,2	3.446,3	2.943,9	3.238,8	3.380,0	3.286,4	3.287,0	3.724,6	3.619,0	4.357,6	3.820,5
II.1. Transferências Constitucionais	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5
II.2. Lei Complementar 87/96	271,8	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7
II.3. Demais	370,7	421,9	262,5	421,2	417,7	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5	612,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	13.967,1	16.807,6	15.737,9	15.870,4	15.256,2	15.388,8	17.399,0	15.567,0	16.692,0	16.424,0	21.999,8	18.335,1	14.655,8
IV. DESPESA TOTAL	12.412,0	12.734,3	11.742,0	12.903,7	13.671,7	14.973,6	14.100,9	13.940,9	15.616,8	15.082,0	23.855,5	15.764,7	13.979,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.282,3	4.196,2	4.062,0	4.194,0	4.486,5	5.111,5	4.175,0	4.221,5	4.326,1	4.441,2	6.725,7	5.887,4	4.856,4
IV.1.1. INSS	268,6	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	309,0	243,0
IV.1.2. Demais	4.013,7	3.962,2	3.806,3	3.958,3	4.210,8	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.578,4	4.613,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.670,7	4.781,3	4.810,7	4.995,4	5.056,7	5.199,7	5.260,5	5.334,2	5.405,5	5.885,5	9.715,0	5.260,0	5.301,8
IV.3. Custeio e Capital	3.459,0	3.756,7	2.869,3	3.714,3	4.128,5	4.662,4	4.665,4	4.385,1	5.885,2	4.755,4	7.414,8	4.617,3	3.821,0
IV.3.1. Despesa do FAT	436,9	653,6	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	423,8	322,6
- Abono e Seguro Desemprego	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8
- Demais Despesas do FAT	46,1	292,1	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	43,0	52,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	101,1	267,3	167,5	213,7	136,1	235,4	364,2	265,5	1.287,5	219,7	383,2	205,0	315,9
- Operações Oficiais de Crédito	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5
- Subvenções aos Fundos Regionais	52,9	83,9	76,1	95,3	73,0	84,7	27,6	51,3	49,9	96,5	54,0	104,3	80,4
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	2.921,0	2.835,9	2.487,1	2.872,8	3.618,0	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.988,6	3.182,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.555,1	4.073,3	3.995,9	2.966,7	1.584,5	415,2	3.298,1	1.626,2	1.075,2	1.342,0	(1.855,7)	2.570,4	676,6
V.1. Tesouro Nacional	2.142,7	4.521,3	4.637,3	3.589,9	2.221,6	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.710,2	189,1	3.210,9	1.198,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(587,6)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)	(833,7)	(910,4)	(1.368,2)	(2.044,8)	(640,5)	(522,1)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(62,0)	(49,2)	(43,0)	(82,2)	59,8	(55,2)	(24,2)	0,3	(45,7)	(26,1)	(106,8)	(30,3)	(73,5)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.493,1	4.024,1	3.952,9	2.884,5	1.644,4	360,0	3.273,9	1.626,5	1.029,5	1.315,9	(1.962,4)	2.540,1	603,1
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	888,6	927,9	(1.783,8)	305,2	151,3	37,0	1.379,9	142,9	(2.510,8)	718,8	(613,5)	83,4	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	2.381,7	4.952,0	2.169,1	3.189,7	1.795,6	397,0	4.653,8	1.769,5	(1.481,3)	2.034,7	(2.576,0)	2.623,5	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	(3.362,4)	(2.936,8)	(6.919,4)	(6.548,5)	(3.286,1)	(2.682,2)	(5.949,6)	(2.927,4)	(7.998,9)	(6.330,2)	(3.102,5)	(6.750,6)	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	(980,7)	2.015,2	(4.750,3)	(3.358,7)	(1.490,4)	(2.285,2)	(1.295,8)	(1.157,9)	(9.480,2)	(4.295,5)	(5.678,5)	(4.127,1)	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Fev/2000	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	17.742,9	20.261,4	19.098,4	19.176,3	19.414,1	17.763,4	20.025,3	19.225,6	20.188,8	21.909,6	28.247,7	19.256,7	21.638,6
I.1 - Recolhimento Bruto	12.773,3	15.135,8	13.553,4	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(72,9)	(63,2)	(69,7)	(71,7)	(52,8)	(56,4)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	512,7	605,3	934,7	520,3	725,7	507,6	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3	596,6	641,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	256,4	127,1	270,1	161,9	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6	558,6	115,3
I.5 - Receita do Salário Educação	101,6	90,5	97,0	107,9	104,0	108,1	103,7	118,8	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.223,1	4.404,4	4.325,8	4.581,4	4.725,2	4.840,6	4.937,7	4.752,8	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,0	4,0	4,0	4,1	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7
II. DESPESAS	17.507,8	18.100,4	19.533,2	19.879,7	21.290,5	20.247,5	21.565,0	19.321,3	24.296,1	22.906,3	30.517,9	22.988,5	19.970,9
II.1 - Liberações Vinculadas	3.948,4	3.402,5	3.282,1	5.384,1	3.579,6	3.450,1	4.049,6	3.902,6	3.956,3	4.350,2	4.103,9	5.368,2	4.563,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.770,2	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	216,9	132,4	130,3	147,0	266,1	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87/96	271,8	254,8	259,3	292,4	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	689,4	279,9	32,4	1.671,9	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3
II.2 - Liberações Ordinárias	13.559,4	14.697,9	16.251,1	14.495,6	17.710,9	16.797,3	17.515,4	15.418,6	20.339,8	18.556,2	26.413,9	17.620,3	15.407,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.247,3	4.020,9	3.995,2	4.195,0	5.203,5	4.780,2	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.672,5	4.727,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	548,6	773,5	2.710,6	650,0	1.026,6	670,8	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7
i) Dívida Contratual Interna	207,0	287,1	224,0	184,2	217,7	217,2	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7
ii) Dívida Contratual Externa	341,6	486,4	2.486,6	465,9	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.333,0	2.684,5	2.263,6	1.597,4	2.019,6	2.416,2	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	4.650,4	4.688,6	4.833,0	5.061,5	5.239,3	5.611,7	4.886,9	5.234,0	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	2.621,2	2.256,7	2.249,8	2.782,9	4.089,8	3.124,7	3.354,5	3.402,8	4.030,9	3.561,7	6.538,6	2.493,0	2.502,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	158,9	273,8	198,8	208,7	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6	147,0	317,7
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	235,1	2.161,0	(434,8)	(703,4)	(1.876,4)	(2.484,1)	(1.539,7)	(95,7)	(4.107,3)	(996,7)	(2.270,1)	(3.731,8)	1.667,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	31.181,1	45.022,3	28.626,7	16.439,7	15.811,7	22.163,8	30.527,6	14.141,3	20.692,9	19.875,1	12.911,1	29.103,0	8.326,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.381,4	7.781,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.711,3	3.451,3	3.048,0	352,1	1.713,9	4.577,5	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	721,7	545,5
V. DESPESAS	27.405,0	36.374,7	26.252,5	22.969,0	17.602,6	19.567,4	33.758,3	17.231,4	25.669,2	28.745,1	6.217,3	22.231,7	7.799,7
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	26.631,1	34.349,8	25.706,6	22.328,4	14.788,4	18.433,6	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	773,9	2.024,9	545,9	640,6	2.814,2	1.133,9	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0
V.2.1 - Dívida Interna	396,4	514,5	279,8	478,9	326,6	347,6	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7
V.2.2 - Dívida Externa	377,5	1.510,4	266,1	161,7	2.487,6	786,3	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	2.838,8	7.221,2	(127,9)	(6.240,8)	(690,6)	(847,2)	(9.300,2)	(4.122,1)	(6.167,5)	(15.824,3)	6.401,2	7.793,7	624,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	(11.138,2)	787,6	(3.929,0)	11.821,8	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	(4.582,6)	2.417,2	6.516,4	(13.540,2)	1.840,3
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	(7.127,0)	11.596,2	(1.989,6)	4.589,1	4.282,2	14.081,0	(1.208,6)	(1.870,3)	(13.666,2)	(7.449,5)	10.940,1	(10.400,7)	4.035,0

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Fev/2000	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	2.670,8	4.206,9	6.563,8	25.117,0	12.869,5	18.329,1	8.066,8	4.454,1	1.222,6	6.851,1	10.198,7	3.384,4	6.362,0
I.1. Emissão de Títulos	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	-	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	947,8	855,3	990,6	660,0	686,2	868,5	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	39,8	22,2	75,0	73,9	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3
II. DESPESAS NO BACEN	13.809,0	3.419,3	10.492,7	13.295,2	4.920,0	4.360,4	4.505,1	3.138,7	5.805,2	4.433,9	3.682,3	16.924,6	4.521,7
II.1. Resgate de Títulos	13.176,7	3.281,2	9.344,2	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8
II.2. Encargos da DPMF	632,3	138,1	1.148,5	398,7	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8
III. RESULTADO (I - II)	(11.138,2)	787,6	(3.929,0)	11.821,8	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	(4.582,6)	2.417,2	6.516,4	(13.540,2)	1.840,3

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Fev/2000	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	12,0	11,0	11,6	9,9	10,6	8,0	6,5	5,5	8,4	11,7	14,4	15,1	16,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	6,4	-	-	-	-	-	6,5	-	-	-	-	-	21,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	(40,5)	3,5	12,6	39,4	4,6	42,2	245,8	63,8	53,5	37,1	15,5	(6,2)	33,8
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	(40,9)	4,4	12,3	39,2	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6	(6,2)	(24,4)	33,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	-	(1,2)	-	-	-	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0	-
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	54,2	17,9	19,5	19,0	21,3	40,4	59,2	19,7	15,6	18,5	19,4	36,2	51,3
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	16,2	151,0	47,6	50,1	26,6	60,2	18,6	125,2	34,7	55,9	268,5	55,5	113,5
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,3	-	-
VII. TOTAL	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	112,1	123,2	329,1	100,7	235,5

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Fev/2000	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2001
I. DÍVIDA INTERNA	99.625,4	106.171,3	110.799,5	104.762,5	106.491,1	105.926,7	100.978,1	102.723,2	99.908,4	93.658,8	100.182,9	91.846,4	91.522,9
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7
Dívida Bancária	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5
CVS	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5
Certificados de Privatização	40,7	40,8	40,9	40,9	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1
INSS	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1
Lei 7.976/89	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5
Bônus Renegociação	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8
Lei 8.727/93	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2
Lei 9.496/97	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5
Recebíveis das Estatais	-27.365,8	-27.102,6	-27.477,1	-26.282,6	-26.247,3	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1
Outros	-21.248,9	-21.232,4	-20.830,6	-24.070,3	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1	-23.855,6	-23.533,2	-23.687,9	-21.756,3
Fat	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6
Demais Entidades	-18.840,0	-18.806,7	-18.924,7	-19.519,0	-20.197,4	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.497,8	-22.857,7	-23.151,9
Créditos das Operações Oficiais	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.357,2	-9.449,5	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.135,9	-10.401,9
Arrecadação a Recolher	-3.155,0	-3.345,0	-3.606,0	-2.729,0	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-2.849,4
II. DÍVIDA EXTERNA	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9
Dívida Mobiliária	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2
Títulos Depositados em Garantias	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6
Dívida Contratual	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3
Disponibilidades	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	215.447,6	222.895,9	236.227,3	231.751,4	230.830,1	230.620,9	228.358,6	231.029,3	233.101,4	229.607,1	237.363,8	234.123,7	238.670,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	21,8%	22,4%	23,5%	22,8%	22,4%	22,1%	21,7%	21,8%	21,9%	21,5%	22,1%	21,6%	21,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/2000	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	58.255,1	56.380,1	61.040,7	61.682,3	59.296,8	57.728,5	49.463,2	49.732,6	50.797,5	51.888,0	51.776,8	50.562,2	52.374,7
Brazil Investment Bond (BIB)	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4
Interest Due and Unpaid (IDU)	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-
Par Bond (PB)	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2
Discount Bond (DB)	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	11.520,4	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6
Debt Conversion Bond (DCB)	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5
New Money Bond (NMB)	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6
Eligible Interest (EI)	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.552,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	30.820,7	33.242,8	35.002,8	35.575,3	35.204,9	37.469,8	47.868,2	48.052,3	50.624,3	51.925,1	53.742,5	58.831,1	60.842,5
Bônus Samurai	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0
Bônus Global	1.326,4	1.310,5	1.355,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9
Bônus Marco Alemão 2007	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1
Bônus Paralel Franco	260,0	254,6	251,1	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2	280,5	287,8
Bônus Paralel Florim	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6
Bônus Paralel Xelim	247,9	246,5	254,9	257,7	253,9	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4
Bônus Global 2007	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2
Bônus EuroIra	660,5	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3	696,6	694,3	718,9	662,0	711,9	712,6	731,1
Bônus Eurosterling 2007	419,3	418,1	421,3	412,0	410,2	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6
Bônus Euro 2003	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8
Bônus Global 2008	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5	723,8
Bônus Marco Alemão 2008	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5
Bônus Global 2004	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6
Bônus Euro 2002	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2
Bônus Euro 2004	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8
Bônus Global 2009	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4
Bônus Euro 2006	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1
Bônus Euro 2001	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9
Bônus Global 2020	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2
Bônus Euro 2010	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6
Bônus Global 2030	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3
Bônus Samurai 2003	-	-	1.015,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0
Bônus Euro 2005	-	-	-	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6
Bônus Global 2007	-	-	-	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2
Bônus Global 2040	-	-	-	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6
Bônus Samurai 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0
Bônus Global 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.956,7	3.067,8
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.843,7	1.891,5
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(4.694,6)	(4.837,1)	(4.515,6)	(4.506,1)	(4.504,1)	(4.542,8)	(4.816,4)	(4.707,2)	(4.368,6)	(4.589,5)	(4.674,9)	(4.686,8)	(4.953,6)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(785,9)	(812,5)	(824,3)	(835,8)	(949,3)	(952,1)	(976,3)	(864,5)	(889,0)	(986,3)	(938,2)	(911,4)	(926,9)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	11,7%	11,7%	12,5%	12,5%	12,1%	12,0%	12,1%	12,1%	12,5%	12,7%	12,8%	13,1%	13,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Fev/2000	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2001
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	462.382,3	474.563,8	477.764,8	480.548,7	492.767,4	509.864,8	516.609,4	523.275,0	525.036,8	521.192,5	528.502,9	537.388,0	539.415,9
I. Dívida com Mercado	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7
LTN	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0
LFT	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4
LFT-A	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3
LFT-B	27.658,7	26.030,5	25.842,0	26.981,7	25.967,3	25.073,4	26.014,6	26.229,3	26.401,4	26.470,4	26.530,1	26.697,9	26.806,0
LFT-E	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1
NTN-A	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4
NTN-C	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4
NTN-D	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5
NTN-H	2.042,1	2.058,9	2.062,7	2.066,6	2.071,7	2.074,9	2.078,5	2.082,0	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5
NTN-I	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5
NTN-P	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8
NTN-S	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	8.556,3	8.445,8	8.386,8	8.633,2	8.610,8	8.796,1	11.282,0	11.418,5	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2
CFT-D	730,0	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9
Demais	1.894,9	1.893,9	1.862,5	1.816,8	1.913,2	1.902,4	1.985,5	2.014,3	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6
II. Dívida com BACEN	57.082,9	61.460,0	57.956,0	95.495,3	102.623,1	117.536,7	123.936,6	123.458,3	122.726,9	123.384,0	129.640,1	137.429,3	139.464,3
LTN	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2
LFT	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7
LFT-A	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4
NTN-A	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0
NTN-D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.739,3	13.335,3
Demais	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6
III. Títulos em Tesouraria	45.610,6	45.984,0	46.505,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mercado/PIB	36,5%	36,9%	37,2%	37,9%	37,9%	37,6%	37,3%	37,8%	37,8%	37,2%	37,1%	36,9%	36,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Fev/2000	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2001
I. INTERNA	-66.289,6	-66.026,3	-65.964,2	-68.519,7	-69.744,9	-71.360,8	-72.055,3	-72.621,2	-73.953,7	-75.489,3	-76.100,6	-78.332,9	-79.422,5
Dívida contratual	630,6	626,5	615,3	625,2	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9
FAT	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6
Aplicações financeiras	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4
Fundos Regionais	-11.474,6	-11.499,6	-11.524,0	-12.069,6	-12.245,6	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.418,9	-13.695,6	-13.904,6
Demais	-5.999,2	-5.899,4	-5.745,1	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8
II. EXTERNA	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9
Disponibilidades	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-67.075,5	-66.838,8	-66.788,5	-69.355,5	-70.694,1	-72.312,9	-73.031,6	-73.485,7	-74.842,7	-76.475,6	-77.038,8	-79.244,3	-80.349,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,8%	-6,7%	-6,7%	-6,8%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-7,0%	-7,2%	-7,2%	-7,3%	-7,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em fevereiro, foram 18,5% menores que os valores distribuídos no mês de janeiro/2001. Essa redução deveu-se basicamente, à menor arrecadação do Imposto de Renda no período de 21.01.01 a 20.02.01 (base de cálculo dos fundos em fevereiro/2001). O IR apresentou redução de 21,46% em relação a janeiro/2001, destacando-se o IRRF com decréscimo de 39,9% quando comparado ao mês anterior.

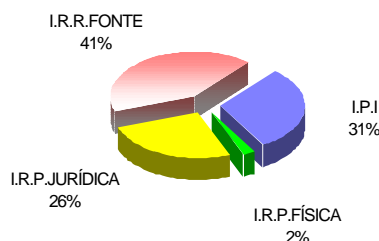
Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram crescimento nominal de 15,0%. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham em relação ao ano de 2000 um crescimento de 8,0%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI apresentaram, em fevereiro, decréscimo de 3,0% em comparação aos valores transferidos no mês de janeiro/2001. Relativamente a fevereiro/00, observou-se um aumento nominal de 6,4%. A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 10,0%.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em fevereiro os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

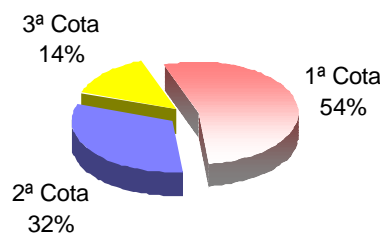
DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/01 JAN/01	FEV/01 FEV/00	JAN A FEV/01 JAN A FEV/00
2000	1.228,0	1.350,8	2.578,8	-	-	-
2001	1.411,0	1.731,7	3.142,7	- 18,5%	+ 15,0%	+ 21,8%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/01 JAN/01	FEV/01 FEV/00	JAN A FEV/01 JAN A FEV/00
2000	1.173,4	1.237,0	2.410,4	-	-	-
2001	1.348,3	1.654,8	3.003,1	- 18,5%	+ 15,0%	+ 24,6%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO

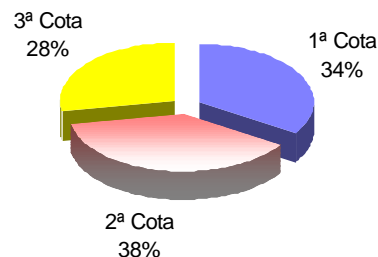


PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **fevereiro** foram efetuados nas seguintes datas: **09/02, 20/02 e 28/02**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
FEV	- 18,6 %	- 18,5 %	- 18,6 %	- 18,5 %	+ 6,8 %	- 3,0 %

IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de janeiro a 20 de fevereiro, conforme demonstrativo abaixo: R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Jan.	507,5	2.875,4	3.382,9						
FEV/2001	1.464,5	3.753,0	5.217,4	FEV/2001	6.271,2	1.146,1	1.199,4	127,7	436,4
1º Dec./Fev.	575,8	1.427,8	2.003,6	3º Dec./Jan.	3.382,9	618,2	647,0	43,1	230,9
2º Dec./Fev.	418,6	466,0	884,6	1º Dec./Fev.	2.003,6	366,2	383,2	48,9	140,9
3º Dec./Fev.	470,1	1.859,1	2.329,2	2º Dec./Fev.	884,6	161,7	169,2	35,7	64,7

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	6.670,69	39.206,50	3,64	8.137,37
AL	28.617,39	47.676,99	50,10	14.371,91
AM	16.010,31	31.979,49	2.971,97	9.444,46
AP	4.598,74	39.103,36	30,50	7.899,49
BA	109.028,60	107.685,51	6.806,04	54.285,08
CE	60.523,35	84.084,82	1.409,97	28.518,61
DF	2.461,19	7.910,06	7,31	2.194,03
ES	21.236,82	17.190,81	6.604,73	9.855,51
GO	44.633,03	32.583,46	802,13	14.365,51
MA	48.425,00	82.724,46	1.939,38	34.301,84
MG	156.117,93	51.050,97	19.499,08	45.777,17
MS	18.305,21	15.265,44	490,96	6.563,60
MT	23.307,96	26.449,78	878,48	9.804,69
PA	43.466,27	70.046,81	6.607,94	29.315,59
PB	38.844,31	54.883,37	282,34	16.718,70
PE (3)	61.615,45	79.080,01	815,97	24.099,24
PI	29.817,15	49.525,57	140,88	16.519,52
PR	81.730,35	33.043,02	11.825,43	26.854,76
RJ	36.466,44	17.508,26	6.533,09	13.303,53
RN	29.801,28	47.880,98	347,50	13.932,07
RO	10.890,83	32.268,29	162,72	7.756,68
RR	4.827,20	28.430,16	5,61	5.887,06
RS	81.337,73	26.987,28	21.389,85	27.366,78
SC	47.155,87	14.667,20	12.409,97	14.707,71
SE	17.376,42	47.621,97	91,38	11.598,56
SP (4)	159.482,91	11.460,54	25.532,07	47.996,07
TO	18.356,27	49.738,74	21,32	12.055,77
TOTAL	1.201.104,70	1.146.053,83	127.660,37	513.631,31

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000, Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	MAR/FEV	ABR/MAR	MAI/ABR
FPM	- 15,0%	+ 20,0%	+ 1,0%
FPE	- 15,0%	+ 20,0%	+ 1,0%
IPI-EXP	- 5,0%	+ 19,0%	- 8,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 8,0 %
FPE	+ 8,0 %
IPI-EXP	+ 10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Abr/2000	30/05/00	Set/2000	24/10/00
Mai/2000	23/06/00	Out/2000	23/11/00
Jun/2000	28/07/00	Nov/2000	27/12/00
Jul/2000	30/08/00	Dez/2000	29/01/01
Ago/2000	27/09/00	Jan/2001	23/02/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
 Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126
 Email: stndirev@fazenda.gov.br

FEVEREIRO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de fevereiro apresentaram um decréscimo de 19,5% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso o repasse a menor, nesse mês dos recursos originários do ICMS e dos Fundos de Participação.

A complementação da União do mês de janeiro foi creditada aos beneficiários em 07/02/01. A complementação referente ao mês de fevereiro deverá ser creditado em 01/03/01.

Origens	R\$ mil				
	Janeiro	Partic.	Fevereiro	Partic.	Fev/Jan
FPM	257.618,1	14,8%	209.905,5	15,0%	-18,5%
FPE	248.216,0	14,3%	202.244,8	14,4%	-18,5%
IPI-EXP	23.233,6	1,3%	22.528,3	1,6%	-3,0%
LC 87/96	44.645,3	2,6%	44.645,3	3,2%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	0,0	0,0%	34.307,4	2,5%	
ICMS	1.164.392,1	67,0%	886.340,3	63,3%	-23,9%
Total	1.738.105,1	100%	1.399.971,6	100%	-19,5%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

PORTARIA DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO 2001

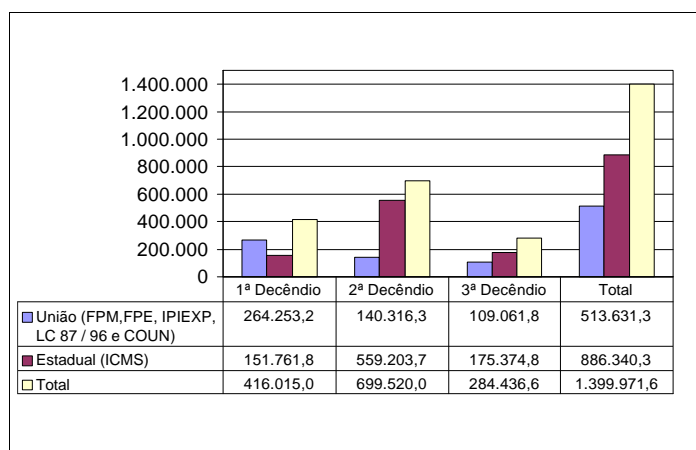
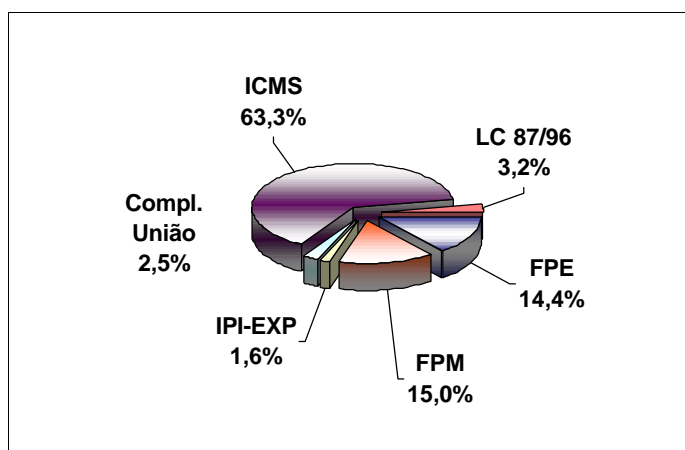
Portaria MF nº 28, de 30 de janeiro de 2001, publicada no D.O.U. de 01.02.2001, que estabelece a estimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2001 dos recursos do FUNDEF.

ESTADOS	R\$ mil												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ALAGOAS	523,2	523,2	523,2	523,2	523,2	523,2	1.569,6	523,2	523,2	523,2	523,2	2.092,8	8.894,5
BAHIA	13.176,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	39.529,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	52.705,9	224.000,1
CEARÁ	2.021,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	6.064,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	8.086,0	34.365,7
MARANHÃO	10.064,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	30.192,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	40.256,0	171.088,2
PARÁ	6.164,2	6.164,2	6.164,2	6.164,2	6.164,2	6.164,2	18492,6	6.164,2	6.164,2	6.164,2	6.164,2	24.656,8	104.791,4
PARAÍBA	239,8	239,8	239,8	239,8	239,8	239,8	719,4	239,8	239,8	239,8	239,8	959,2	4.076,9
PIAUÍ	2.357,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	7.073,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	9.431,8	40.085,5
TOTAL	34.547,2	34.547,2	34.547,2	34.547,2	34.547,2	34.547,2	103.641,6	34.547,2	34.547,2	34.547,2	34.547,2	138.188,8	587.302,6

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - FEVEREIRO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média(em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	6.918,8	1.177,2	0,6	0,0	40,8	1.494,0	9.631,4	69,9	151,1
AL	667.007	8.413,6	5.050,1	8,8	523,2	376,2	7.241,3	21.613,2	32,4	71,0
AM	630.642	5.643,4	2.825,3	524,5	0,0	451,2	13.814,9	23.259,4	36,9	86,2
AP	116.231	6.900,6	811,5	5,4	0,0	182,0	668,6	8.568,1	73,7	170,7
BA	3.527.787	19.003,3	19.240,3	1.201,1	13.176,5	1.663,9	49.060,8	103.345,9	29,3	58,2
CE	1.698.971	14.838,5	10.680,6	248,8	2.021,5	729,2	13.984,5	42.503,1	25,0	62,2
DF(2)	321.563	1.395,9	434,3	1,3	0,0	362,5	0,0	2.194,0	6,8	14,9
ES	542.389	3.033,7	3.747,7	1.165,5	0,0	1.908,6	18.623,5	28.479,0	52,5	119,2
GO	1.044.232	5.750,0	7.876,4	141,6	0,0	597,5	27.103,5	41.469,0	39,7	86,2
MA	1.544.447	14.598,4	8.545,6	342,2	10.064,0	751,6	7.899,7	42.201,6	27,3	52,9
MG	3.433.497	9.009,0	27.550,2	3.441,0	0,0	5.777,0	100.814,5	146.591,7	42,7	91,6
MS	420.557	2.693,9	3.230,3	86,6	0,0	552,7	13.628,7	20.192,3	48,0	103,1
MT	576.334	4.667,6	4.113,2	155,0	0,0	868,9	13.908,9	23.713,6	41,1	91,9
PA	1.546.627	12.361,2	7.670,5	1.166,1	6.164,2	1.953,6	15.293,8	44.609,4	28,8	57,7
PB	814.623	9.685,3	6.854,9	49,8	0,0	128,7	8.837,6	25.556,3	31,4	74,7
PE	1.579.456	13.955,3	9.395,4	144,0	0,0	604,5	23.012,7	47.112,0	29,8	66,8
PI	723.848	8.739,8	5.261,8	24,9	2.358,0	135,0	5.475,1	21.994,6	30,4	63,0
PR	1.573.083	5.831,1	14.423,0	2.086,8	0,0	4.513,8	21.924,1	48.778,9	31,0	80,7
RJ	2.008.289	3.089,7	6.435,2	1.152,9	0,0	2.625,7	108.759,8	122.063,3	60,8	129,7
RN	594.181	8.449,6	5.259,0	61,3	0,0	162,1	10.122,6	24.054,7	40,5	89,9
RO	301.839	5.694,4	1.921,9	28,7	0,0	111,6	5.809,3	13.566,0	44,9	101,4
RR	78.462	5.017,1	851,9	1,0	0,0	17,1	895,6	6.782,7	86,4	198,9
RS	1.596.324	4.762,5	14.333,5	3.774,7	0,0	4.496,2	49.677,0	77.043,7	48,3	129,6
SC	908.259	2.588,3	8.321,6	2.190,0	0,0	1.607,8	37.943,8	52.651,5	58,0	112,1
SE	395.309	8.403,9	3.066,4	16,1	0,0	112,1	5.611,1	17.209,7	43,5	99,0
SP	5.486.865	2.022,4	27.588,2	4.505,7	0,0	13.879,7	320.859,6	368.855,6	67,2	157,2
TO	323.383	8.777,4	3.239,3	3,8	0,0	35,2	3.875,1	15.930,9	49,3	106,6
Total	32.591.935	202.244,8	209.905,5	22.528,3	34.307,4	44.645,3	886.340,3	1.399.971,6	43,0	96,3

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.